

## **DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS DO SERTÃO DA PARAÍBA.**

Vivianne Sousa<sup>1</sup>

*“Mama África, tem Tanto o que fazer Além de cuidar neném  
Além de fazer dengüim Filhinho tem que entender Mama África  
vai e vem Mas não se afasta de você...” Chico César*

As mulheres negras que não enfrentava a vida no campo eram obrigadas a serem cozinheiras, camareiras, domésticas, por muito tempo um número significativo de mulheres negras foi incapaz de escapar das tarefas domésticas, em condições tão ruins ou piores do que no período da escravidão. “Depois de um quarto de século de ‘liberdade’, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo” (DAVIS, 1944, p. 95).

A violência era algo presente diariamente em suas vidas, o racismo e a violência sexual dominavam sua rotina, o racismo que excluía nitidamente essas mulheres do campo social e político e os abusos sexuais cometidos pelos “homens da casa”. “Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si e para sua família” (DAVIS, 1944, p. 99).

No final do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, o que se esperava da mulher, independentemente de sua condição de classe, era um comportamento de acordo com a moral estabelecida pela sociedade patriarcal da época, estando previstas punições para comportamentos que desobedecem a ordem. Nesse sentido, as mulheres negras e pobres foram vítimas constantes de repressão e violências, uma vez que a posição social e de classe em que elas estavam inseridas, as obrigavam a ter um comportamento que não condizia com o modelo ditado pelo patriarcado. Por esse motivo, essas mulheres pobres e pretas tiveram que agir contra a ordem convivendo nos espaços públicos, tendo em vista que sua posição e condição as impunham a ter contato direto com esses contextos, onde elas obtinham recursos para garantir a sobrevivência, vivenciando e resistindo inúmeras formas opressivas e repressivas estabelecidas pela sociedade patriarcal e racista.

---

<sup>1</sup> Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo PPGDH – UFPB / Especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFPB/NCDH, Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UEPB/ Graduada em Ciências Sociais – UFPB e integrante do Gestar – Grupo de Pesquisa em Território Trabalho e Cidadania.

É importante considerar que as mulheres brancas feministas relutaram durante anos em reconhecer a luta e a exploração vivenciada pelas trabalhadoras domésticas, de modo que não havia uma reflexão do seu próprio papel ativo como opressora das mulheres negras, considerando que enquanto o serviço doméstico e exploratório fosse regra para a população negra, a emancipação dessas mulheres continuaria sendo uma utopia. Para (DAVIS, 1944, p.109):

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade.

Nesse sentido estamos pensando a exclusão capitalista, tomando como nexos prioritários o racismo e o sexismo dentro de especificidades em uma sociedade marcada pela tragédia da escravidão moderna. Temos como objetivo, centralizar o papel das mulheres negras na luta contra as opressões e explorações que se perpetuam até o presente, sendo constantemente resignificadas, assim como o machismo, o racismo, a misoginia e o preconceito de classe. Queremos aqui reforçar a prática e o fortalecimento do feminismo negro<sup>2</sup> brasileiro, pois é preciso observar diariamente o lugar das mulheres negras no campo da desigualdade, discriminação, pobreza, sexismo, machismo, intolerância religiosa.

Analisando historicamente as mulheres negras escravizadas eram trabalhadoras em tempo integral, a elas não cabiam o papel social e político, todos os aspectos de suas vidas eram e ainda são ofuscados pelo trabalho precário e muitas vezes sofriam e sofrem abuso sexual pela hipersexualização presente e incentivada nos corpos negros.

Quando da chegada ao Novo Mundo, o trabalho nas ruas como doceiras, quitandeiras, lavadeiras, cozinheiras, prostitutas fez com que seus códigos nas ruas se mantivessem vinculados ao universo das ruas.

---

<sup>2</sup> O Feminismo Negro leva em consideração a combinação de diversas opressões, a de gênero, de raça e classe social. No início da primeira onda feminista, por volta dos anos 20, o termo feminismo incluía apenas a opressão de gênero, sendo assim se considerava que a mulher era oprimida apenas em função de seu gênero. O Feminismo Negro é muito discutido atualmente e é importante porque inclui na organização das pautas feministas as reivindicações das mulheres negras levando em consideração as suas reais necessidades, já que elas sofrem uma tripla opressão. Além do machismo, enfrentam o preconceito de classe social e o racismo, que abala não só sua autoestima, mas impõe barreiras à sua presença em espaços de poder. O Feminismo Negro como precursor do Feminismo Interseccional surgiu nos Estados Unidos e tem como algumas de suas principais figuras as pesquisadoras Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde e Bell Hooks. No Brasil, é importante destacar a figura de Lélia Gonzales. Fonte: <http://blogueirasfeministas.com/2016/03/uma-conversa-sobre-feminismo-negro/>.

Dentro das brechas produzidas no interior da sociedade escravista, as africanas e seus descendentes criaram inúmeras estratégias de sobrevivência por intermédio da recriação do protagonismo feminino na condução das trocas culturais (CÔRTEZ, 2005, p. 32).

Apesar de inúmeros fatores de exclusão, as mulheres negras resistem diariamente buscando caminhos de sobrevivência, Lélia Gonzalez ao lado de outros militantes fundou o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – MNU, entidade que denunciou o mito da Democracia Racial e o racismo presente na sociedade brasileira, fortalecendo a luta por políticas públicas e igualdade para a população negra. A produção intelectual de Lélia Gonzalez apresenta-se como parte necessária da luta pela libertação de todas as pessoas oprimidas e/ ou exploradas, na busca pela descolonização de suas mentes (HOOKS, 1995, p.464).

As mulheres negras, por sua vez, entendiam o lugar de subalternidade na qual estavam inseridas e resistiram se opondo a esse contexto, nas palavras de Ribeiro (2008, p. 988):

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem de “mãe preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo.

Na obra clássica de Saffioti (1976, p. 105) “A mulher na sociedade de classes”, a autora aponta a necessidade de o movimento feminista “ampliar a consciência de seus problemas e de não se deixar contentar com a mera conquista de direitos civis e políticos”. Gonzalez (1982, p. 3) ao inserir o debate no âmbito do feminismo negro e dos grupos subalternizados, demonstra essa necessidade quando afirma:

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né?



Nesse contexto percebemos o quanto o empoderamento das mulheres negras é necessário para lidar com a subalternidade que as afeta diretamente, seja nos quilombos, nas favelas, nas periferias, nas praças, estas por sua vez estão expostas ao racismo, ao machismo e sexismo de uma sociedade que ainda tem muito para desconstruir. Desse modo queremos abordar as manifestações de resistência presentes nos quilombos do sertão da Paraíba, especificamente a cidade de Catolé do Rocha, desmistificando o construto da não ocupação negra nas regiões interioranas do estado, bem como a ocultação e invisibilidade das manifestações políticas, sociais, culturais do povo negro e especificamente das mulheres.

### ***Breve histórico do feminismo negro no Brasil***

Segundo Moreira (2007) a organização das mulheres negras brasileiras, amadurece na década de 1980, sendo considerado um fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista constituindo-se espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas étnico-racial e de gênero que até então não eram compreendidas pelo movimento feminista e nem priorizadas pelo movimento negro.

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde surge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de fomentar a visibilidade política no campo feminista.

A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram também alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. O fato marcante tocada por todas entrevistadas, no Encontro de Bertioga, é a cena em que se estabelece uma tensão quando chega um ônibus do Rio de Janeiro lotado de mulheres negras que não estavam inscritas no Encontro e queriam dele participar. Do total de 850 participantes, 116 mulheres inscritas se declararam negras mestiças (Moreira, 2007, p.59):

A apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. [...] Porém, como o Manifesto de Mulheres Negras sugeriu, qualquer suposta unidade entre mulheres brasileiras de raça diferentes já era alvo de debate. O manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da

dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual (CALDWELL, 2000, p. 97-98).

Dois anos após o Encontro de Bertioga, já em 1987, no IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns/PE, participaram duzentas mulheres negras, que, além de denunciarem a ausência de debates sobre a questão racial, ainda promoveram reuniões no interior daquele encontro para discutir suas questões específicas. (Moreira, 2007).

É patente e perceptível o abismo que existia entre as discussões do movimento feminista que em sua construção histórica foi influenciado pelos pensamentos de mulheres brancas, de classe média alta, que frequentavam universidade e possuíam babás, nesse sentido existia uma discrepância de pautas pois eram realidades distintas entre as mulheres brancas elitizadas e as mulheres negras que durante muito tempo exerciam trabalhos exploratórios em busca de sua sobrevivência.

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial (BAIROS, 1988).

De acordo com Moreira (2004): “as mulheres negras buscavam no terreno político o espaço de representação que demarcava a sua especificidade de condição de negra em relação ao movimento negro e, principalmente, em oposição ao feminismo.” (p.65).

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) foi realizado no interior do Estado do Rio de Janeiro na cidade de Valença, contando com a participação de 450 militantes de 17 Estados da federação. Alguns dos objetivos expostos nesse encontro foram: a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para

o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferente vertentes políticas (MOREIRA, 2004).<sup>3</sup>

É a partir desse Encontro, que a questão da unicidade de mulher negra é apresentada:

A nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo unitário tanto em nível de concepção política, quanto de metodologias de trabalho (RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, 1991, p. 4).

As mulheres negras organizadas queriam colocar suas pautas juntas ao feminismo considerando suas especificidades, pois não existia outro lugar que elas pudessem falar se não fosse do contexto de subalternidade em que estavam inseridas, era necessário pensar o feminismo a partir do ponto de vista da marginalidade, das ruas, das explorações, do racismo e da subserviência a qual essas mulheres estavam postas. Para Oliveira (2010, p.15):

É precisamente por criar uma crítica ao feminismo, assente na exclusão das negras, que permite a bell hooks (hooks, 1981) avançar para este projecto do feminismo negro. As modalidades da crítica de bell hooks centram-se em duas dimensões específicas: a importância da continuidade do feminismo enquanto discurso crítico do sexismo que atravessa toda a sociedade e a denúncia do racismo dentro do feminismo branco. No que toca à primeira dimensão, bell hooks (hooks, 1984/2004) vem na continuidade da tradição feminista. Contudo, condena e critica a pretensão universalista das propostas feministas, nomeadamente no que toca à universalidade da experiência feminina branca de classe média. O pressuposto da obra de Betty Friedan (Friedan, 1963/1975), de que as donas de casa casadas com educação universitária e de classe média são equivalentes ao grupo das «mulheres» e que as «mulheres» sofrem do «problema sem nome» que são os efeitos de terem uma educação superior e não trabalharem, não almejando outro destino que não seja o trabalho doméstico e a educação dos filhos, é um dos exemplos que bell hooks (hooks, 1984/2004) dá de feminismo branco.

A discriminação e exclusão se faz presente num sistema que inclui cor, território, gênero, escolaridade, relações familiares, nesse sentido a pauta das mulheres negras se faz fundamental na construção do feminismo negro que contemple suas pautas, suas vidas, suas realidades e contextos diversificados e historicamente silenciados pela sociedade. É importante considerar que as várias manifestações de feminismo e

---

<sup>3</sup> Relatório do I Encontro Nacional de Mulheres Negras.



empoderamento em busca de igualdade se encontra presente na vida das mulheres negras, na próxima sessão trataremos do cotidiano das mulheres negras de Catolé do Rocha.

### ***Dandaras contemporâneas: mulheres quilombolas do Sertão***

*“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas...” Audre Lorde*

Dandara resistiu aguerridamente durante o período colonial do Brasil, mãe e líder do maior Quilombo das Américas, lutou contra o sistema escravocrata do século XVII, além dos serviços domésticos, plantava, trabalhava na produção da farinha de mandioca, caçava e lutava capoeira, além de empunhar armas e liderar as falanges femininas do exército negro palmarino, lutou até o fim da sua vida pela liberdade do povo negro. Essa história comprova que a força das mulheres negras está presente historicamente em seu cotidiano e as Dandaras, Marias, Franciscas, Lucianas, Joanas tem resistido cotidianamente e se reinventado em meio a subalternidade enfrentada pelas mulheres negras no espaço público e no privado.

Durante a década de 1990 é fortemente perceptível nas comunidades, o movimento migratório dos homens, para os grandes centros em busca de empregos, como pedreiro e assistente de pedreiro, levados do sertão por grandes firmas de construção civil, permanecem por vários anos no sul e sudeste do país, vindo visitar suas famílias apenas uma vez ao ano. Com isso as mulheres assumem os papéis de chefiar as famílias, criar os filhos com a ausência paterna, prover diariamente sua prole com alimentação, educação e saúde.

Para Nepomuceno (2012) desde o pós a abolição da escravatura, em função da exclusão do homem negro do mercado de trabalho, a mulher negra viu-se obrigada a assumir o papel de mantenedora da família. Para as mulheres negras esses “novos arranjos familiares” apenas trouxeram visibilidade e legitimidade a uma situação que já era realidade histórica em suas vidas.

Nos anos 2000 a criação de programas federais de transferência de renda beneficiaram em maior proporção a população negra, essa migração teve uma considerável diminuição, porém as mulheres continuaram chefiando suas famílias e exercendo a função de dona de casa, a trabalhadora, a mãe e ocupando espaços de

organização política, principalmente o cargo de liderança da Associação Comunitária local.

Segundo Monteiro (2013), ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida, direitos que lhes foram negados historicamente. As mulheres lideranças carregam consigo uma história constante de lutas cotidianas que permeiam e permearam as suas vidas, uma história de enfrentamento aos preconceitos sofridos, aos poderes públicos instituídos, aos fazendeiros e ao Estado.

Essas mulheres negras que assumem o papel de lideranças comunitárias são legitimadas por suas comunidades e suas lutas baseiam-se na busca de condições de permanência nas terras tradicionalmente ocupadas, contra a exploração do trabalho.

E em Catolé do Rocha, das quatro comunidades pesquisadas, apenas uma é liderada por um homem, as demais possuem mulheres ocupando a liderança.

É importante considerar que há um acúmulo e sobrecarga de atividades executadas pelas mulheres em seus núcleos familiares, lembrando que os homens foram educados para vida pública e as mulheres para a vida privada e trabalhos domésticos.

As mulheres quilombolas em sua realidade chegam a acumular até quatro jornadas diárias de trabalho, ocupando-se com a organização e afazeres domésticos, cuidados com os familiares, desempenhando também o trabalho extradomiciliar onde elas se sujeitam a condições exploratórias e precárias, também realizam o papel de cuidar dos animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, com a finalidade de auxiliar no sustento familiar e por fim executam o papel de organizar e mobilizar as comunidades no aspecto político e religioso.

Segundo Tubaldini (2010) diante do acúmulo de tarefas, as mulheres passam por sentimentos contraditórios de superação e incompletude, por tantas lutas para superar as limitações de energia física e de tempo, para conseguir produzir e desenvolver inúmeras atividades diárias.

Consideramos que as comunidades quilombolas apresentam fortes traços matriarcais, porém ainda carregam o peso da submissão e do machismo e mesmo que elas sejam responsáveis diretas pelo sustento e organização da casa, cotidianamente o estigma de ser mulher negra. Segundo Sachs (2000):

A mulher tem um papel importante na preservação dos direitos culturais e naturais de seu povo e de sua comunidade, pois ela contribui para o



ecodesenvolvimento e para uma gestão eficiente de tais recursos, principalmente diante da necessidade dessas comunidades de se autossustentar economicamente no cenário local e mundial. (Sachs, 2000, p.325).

As comunidades quilombolas são um dos grupos étnicos mais vulneráveis do país, os quilombos possuem uma relação de identidade com a terra e por isso lutam pela permanência nesses territórios. É nesse cenário que a mulher quilombola tem sua vida forjada e controlada pelos aspectos de gênero, raça, cor, etnia e várias outras linhas de subordinação, numa sociedade racista, machista e misógina.

Percebemos em que jogos de verdade as mulheres quilombolas assumem para se constituírem como sujeitos de direitos étnicos e de gênero. É importante considerar as relações de poder em que essas mulheres estão inseridas, tendo em vista a estigmatização de gênero e etnia, que essas mulheres resistem diariamente no cotidiano e principalmente nos espaços políticos, tendo em vista o processo de silenciamento e machismo ao quais vivenciam.

Durante a década de 1990 é fortemente perceptível nas comunidades, o movimento migratório dos homens, para os grandes centros em busca de empregos, como pedreiro e assistente de pedreiro, levados do sertão por grandes firmas de construção civil, permanecem por vários anos no sul e sudeste do país, vindo visitar suas famílias apenas uma vez ao ano. Com isso as mulheres assumem os papéis de chefiar as famílias, criar os filhos com a ausência paterna, prover diariamente sua prole com alimentação, educação e saúde.

Para Nepomuceno (2012) desde o pós a abolição da escravatura, em função da exclusão do homem negro do mercado de trabalho, a mulher negra viu-se obrigada a assumir o papel de mantenedora da família. Para as mulheres negras esses “novos arranjos familiares” apenas trouxeram visibilidade e legitimidade a uma situação que já era realidade histórica em suas vidas.

Nos anos 2000 a criação de programas federais de transferência de renda beneficiaram em maior proporção a população negra, essa migração teve uma considerável diminuição, porém as mulheres continuaram chefiando suas famílias e exercendo a função de dona de casa, a trabalhadora, a mãe e ocupando espaços de organização política, principalmente o cargo de liderança da Associação Comunitária local.

Segundo Monteiro (2013), ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por

educação, por melhores condições de vida, direitos que lhes foram negados historicamente. As mulheres lideranças carregam consigo uma história constante de lutas cotidianas que permeiam e permearam as suas vidas, uma história de enfrentamento aos preconceitos sofridos, aos poderes públicos instituídos, aos fazendeiros e ao Estado.

Essas mulheres negras que assumem o papel de lideranças comunitárias são legitimadas por suas comunidades e suas lutas baseiam-se na busca de condições de permanência nas terras tradicionalmente ocupadas, contra a exploração do trabalho.

E em Catolé do Rocha, das quatro comunidades pesquisadas, apenas uma é liderada por um homem, as demais possuem mulheres ocupando a liderança.

É importante considerar que há um acúmulo e sobrecarga de atividades executadas pelas mulheres em seus núcleos familiares, lembrando que os homens foram educados para vida pública e as mulheres para a vida privada e trabalhos domésticos.

As mulheres quilombolas em sua realidade chegam a acumular até quatro jornadas diárias de trabalho, ocupando-se com a organização e afazeres domésticos, cuidados com os familiares, desempenhando também o trabalho extradomiciliar onde elas se sujeitam a condições exploratórias e precárias, também realizam o papel de cuidar dos animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, com a finalidade de auxiliar no sustento familiar e por fim executam o papel de organizar e mobilizar as comunidades no aspecto político e religioso.

Em meio as realidades oligárquicas e relações de poder baseadas no machismo, racismo e preconceitos de classe e no coronelismo, Maria Francisca da Silva, conhecida como Bidia, liderança Quilombola da Comunidade Lagoa Rasa, em Catolé do Rocha foi a primeira candidata mulher e quilombola na história política em Catolé do Rocha, lutando pelo seu povo e pelas causas sociais, pelo povo pobre e pelo desenvolvimento das comunidades quilombolas, fazendo um discurso de oposição ao paternalismo e compra de votos na política:

eu trabalho nos quilombolas como líder para que melhore a qualidade de vida deles, para que eles tenha primeiro que tudo a terra, pois os quilombolas não tem a terra, eles tem que ter moradia digna, geração de trabalho e renda e condições para que coloquem seu próprio negócio, eu fiz um curso do pronatec de garçom e hoje eu trabalho numa empresa de eventos e festas, cozinhando, sendo garçonete...” ( Maria Francisca da Silva, Bidia, Liderança Quilombola - Entrevista - Pesquisa de Campo em 27/12/2015).

Segundo Bento (2002) a mulher negra tem sido historicamente, uma das maiores vítimas da desigualdade racial na sociedade brasileira, sendo representada pelas baixíssimas condições socioeconômicas, como também, através das diversas formas de manifestações do racismo e das contradições de gênero e classe.



Foto 1: Maria Francisca da Silva, Bidia, Liderança Quilombola - Entrevista - Pesquisa de Campo em 27/12/2015, realizada em sua residência em Catolé do Rocha. Foto: Vivianne Sousa

Para Bidia, “ O Estado Brasileiro deve ao Povo Negro e tem que pagar e as políticas públicas não chegam nas comunidades....Temos que melhorar a qualidade de vida das pessoas...”

É nítido como a maioria das mulheres negras não aceitou a condição imposta pela estrutura cultural, social, econômica e racial que determina as opressões que as subjugam e discriminam. Bidia, assim como tantas outras mulheres quilombolas, líderes de comunidades, trabalhadoras, donas de casa, além de ocuparem o papel de provedora do lar, de mãe e dona de casa resistem e constroem o papel político e social saindo da vida privada para a vida pública na luta por direitos sociais que foram adquiridos, porém não são executados.

É no cenário racista e excludente que as mulheres negras agem, se organizando dentro da dinâmica da sua própria realidade, produzindo diversas formas de mudanças sociais. Segundo Gonzalez (1983, p.104):



No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana que acolhe é a mulher negra anômima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência [...] é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

As mulheres historicamente oprimidas têm vozes, gestos, inúmeras maneiras de manifestações em seus atos, que resistem a uma sociedade que a todo tempo tenta silenciá-las, pois para hegemonia é incomodo, é selvagem, é destoante que uma mulher quilombola que deveria estar servindo aos senhores, esteja propagando sua voz através de várias estratégias de sobrevivência. É preciso ouvir as mulheres quilombolas, pois é nesse espaço de construção da história que se pode aprender como elas se organizam pra resistir.

É evidente que houve mudanças nas vidas das mulheres, fruto da resistência e auto-organização que se manifesta como alternativa diante das desigualdades sociais, presentes na realidade das mulheres quilombolas que buscaram inspirações no movimento negro e feminista para lutarem dia a dia por igualdade e garantia de direitos. Para Luciana França, Mulher Jovem Quilombola da Comunidade Lagoa Rasa, a estética negra também é símbolo de resistência e afirmação política:

Bem, eu considero que o Estado tem percebido nosso corpo como um direito e como fonte de expressão, digo isso referentes as últimas conquistas alcançadas com relação a garantia de direitos da população negra. Por outro lado o corpo do negro ainda é estigmatizado por importantes populações brasileiras, sendo vítima de violência por parte dessas. No tocante à sociedade, acredito que nosso corpo ainda causa estranhamento, lembro de que quando “assumi” meu “black”, quando parei de alisar meu cabelo e comecei a andar com ele solto pelos lugares de Catolé do Rocha, as pessoas na rua me olhavam como se eu fosse algum tipo de atração inusitada. Muitas pessoas me confundiam com uma pessoa de outra cidade, por muitas vezes fui classificada como baiana por alguns populares. Ainda com relação ao meu black, sofri muitos ataques, da família e de colegas de trabalho [...] Tomei consciência de que o meu cabelo crespo, também é um meio de afirmação política. (Luciana França, entrevista de campo em 27/12/2015).

Os corpos das mulheres historicamente foram estereotipados como sexuais ou como selvagens acusados de não possuírem boa aparência para ocuparem empregos e para não serem aceitos pela sociedade, sendo postos em constante influência de mudanças para a adequação dentro de uma cultura colonialista, Rago (2008) avalia que a imagem da mulher negra como exótica se refere à racialização desse corpo identificado como

incivilizado e selvagem. Nesse caso a autoafirmação da negritude a partir da estética em uma sociedade racista torna-se resistência e fortalecimento da identidade, em meio as relações de poder e os jogos de verdade em que estas mulheres estão inseridas na luta pela visibilidade e respeito.

Hooks (1995) considera que a “representação iconográfica da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia que a mulher negra está neste planeta principalmente para servir aos outros”, seja fruto de uma atuação conjunta do sexismo e do racismo. Mesmo se norteando pelo processo de formação da sociedade norte-americana, Hooks descreve que, desde a escravidão, há uma persistência em considerar o corpo da mulher negra “como símbolo quintessencial de uma presença feminina ‘natural’, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva” .

Nesse sentido, Hooks(1995, p.469) afirma:

Entre os grupos de mulheres assassinadas como bruxas na sociedade colonial americana, as negras têm sido historicamente vistas como encarnação de uma “perigosa” natureza feminina que deve ser governada. Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo, sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como “símbolo sexual”, os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida mental.

Para Nepomuceno (2012) a história das mulheres negras no Brasil partiu de patamares desiguais em relação as mulheres brancas, no contexto histórico, não caminharam juntas e nem no mesmo passo, vivenciando situações de nítidos privilégios para umas e exclusão para outras, nasceram pobres e discriminadas, cresceram criando estratégias de sobrevivência frente aos desafios cotidianos, o que acontece até hoje com as mulheres negras e quilombolas. Segundo Nepomuceno (2012) “a maioria do segmento feminino negro permanece em último lugar numa fila em que os homens brancos despontam em primeiro, seguidos das mulheres brancas e , mais atrás, dos homens negros.”

As mulheres negras souberam criar espaços de sobrevivência em uma sociedade profundamente hierarquizada por “cor” e sexo ao mesmo tempo em que vem resistindo às exclusões e desigualdades responsáveis pela manutenção da vulnerabilidades do povo negro. Para Nepomuceno (2012, p.406):

Alijadas do mercado formal de trabalho no início do século, fizeram de suas casas unidades de produção movidas pela solidariedade. Privadas, por circunstâncias diversas, da presença de um companheiro, improvisaram arranjos familiares, tornando-se mãe e pai de suas proles. Lutaram, no passado, por acesso à educação básica de seus filhos e filhas tanto quanto lutam no presente para ampliar a presença dos e das afrodescendentes nos espaços de conhecimento e de poder. Interlocutoras políticas de grande capacidade, mulheres negras foram capazes de provocar mudanças na agenda social dos governos. A invisibilidade a que por muito tempo foram relegadas contrapõe-se a seu real protagonismo em diversos momentos e situações ao longo dos séculos XX e XXI.

Esta seção traz a discussão a importância da resistência da Mulher Quilombola e a sua capacidade de sobrevivência nas situações subalternas, trazendo falas e imagens das pesquisas e entrevistas de campo e as inquietações e sensibilidades enquanto feminista a partir do olhar para as mulheres quilombolas que ocupam espaços políticos. Esse contexto torna essencial dar voz a essas populações no cenário acadêmico, denunciando as violências cometidas diariamente pelo estado e criando oportunidades para que as mulheres quilombolas ocupem o campo acadêmico e tantos outros espaços de construção coletiva e possam falar de si mesmas.

Francisca Maria da Silva, foi a primeira candidata mulher quilombola de Catolé do Rocha, enfrentando todo o contexto de Oligarquias, Machismo, Coronelismo, Racismo, Sexismo e preconceitos de classe. Em 2016 ela se lançou candidata novamente pelo Partido Verde – PV em uma coligação do PRB, PT, PtdoB, PSD, PSB, PR, PSL, PTN. Foi a única candidata negra da coligação.

Durante uma semana, no período de 23 à 30 de Setembro de 2016 estive acompanhando diariamente a sua campanha que tinha como slogan “Igualdade de Direitos e de Diversidades”.

No primeiro dia, a ONG Visão Mundial, através do MJPOP<sup>4</sup> Viração realizaram um debate com os candidatos a vereadores do município no auditório da UEPB, a

---

<sup>4</sup> MJPOP – Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – Metodologia utilizada pela Visão Mundial com Jovens para atuar no campo das políticas públicas locais.



proposta foi discutir e ouvir políticas públicas direcionadas para a juventude por parte dos candidatos à vaga de vereador da Câmara Municipal. O evento em si teve um peso de participação social e política da mobilização juvenil, sendo construído pela sociedade civil para a população. De 46 candidatos da cidade, apenas 12 se fizeram presentes neste debate e apenas Bidia, como mulher, esteve presente nesse momento de diálogo com a juventude, compareceram 11 homens e uma única Mulher.



Foto 2: A candidata a vereadora Bidia, participando do Debate com os candidatos a vereança em Catolé do Rocha. Foto: Vivianne Sousa.

Nesse debate, Bidia apresentou um pouco da sua trajetória no campo social de lutas pelas comunidades Quilombolas, pelas mulheres, pelos LGBT's e em seguida apresentou suas propostas direcionadas a Juventude, pautando-se na ocupação e execução de atividades nas secretaria de cultura e também no desenvolvimento de projetos que gerem emprego e renda para os jovens, tendo em vista que a juventude catoleense migra para os grandes centros para estudar e trabalhar, por falta de oportunidades locais, também foi enfatizado o debate sobre a execução do Estatuto da Juventude.

É importante considerar o perfil dos demais candidatos que estavam reapresentando-se para mandatos consecutivos, além de dois jovens que estavam se candidatando pela primeira vez e a presença do “ dono” das terras do Quilombo Lagoa Rasa, que compete votos com Bidia a partir das relações de poder já estabelecidas historicamente. Percebemos na fala dos vereadores pouca referência a projetos direcionados a juventude e sem nenhum recorte de gênero, raça, etnia e outras diversidades, ainda é bastante frágil um discurso que realmente atenda e contemple as especificidades da juventude do sertão da Paraíba.

É interessante destacar que Bidia expõe em seu discurso que destinará 30% do seu salário para os movimentos sociais executarem suas atividades. Nesse contexto, percebemos a presença do discurso vazio e decadente dos vereadores, que ainda utilizam-se da autodenominação de “homem de bem” para conquistar votos.

Bidia é uma mulher que reside na zona periférica da cidade, trabalha como garçonete e cozinheira em Buffets de festas e eventos privados, mora numa rua sem calçamento e sem saneamento básico, é casada, e tem um filho chamado Yan, que nos acompanhou várias vezes durante as visitas. Ela acorda cedo, prepara toda a comida do dia e sai pra luta com ajuda de caronas, pois não possui transporte e com doações para a produção do seu material.



Foto 3: Registro da casa de Bidia e seu material de Campanha. Foto: Vivianne Sousa.

No decorrer da semana de campanha visitamos casas no Bairro Tancredo Neves, zona periférica da cidade, percebemos o que tornou descredito da política e das representações, os diálogos foram sempre difíceis porque sempre estavam pautados na troca e venda de votos, como Bidia sempre se declarava: “sou uma candidata pobre” dificilmente conseguia terminar a apresentação das suas propostas.

Tivemos a oportunidade de visitar a Comunidade Quilombola São Pedro dos Miguéis localizada na Zona Rural de Catolé, a proposta foi estabelecer o diálogo sobre as conquistas que esta comunidade teve a partir da luta coletiva dos quilombolas e que seria importante ter uma representante na câmara de vereadores. Percebemos que as demandas são: uma lavanderia coletiva, água para plantar, melhoria das estradas.

Também foi realizada uma visita e roda de diálogo na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa com a mesma finalidade de apresentar propostas e discutir as demandas da

comunidade, nesse caso a maior demanda é a de moradia, os moradores ainda moram em casas de taipa e em péssimas condições, sem saneamento básico e água encanada, sem terra própria pra produzir.



Foto 4: Roda de Conversa com os moradores e moradoras da Comunidade Quilombola Pau de Leite para apresentação de propostas e debate sobre as demandas locais. Foto: Vivianne Sousa.

Visitamos outras comunidades da Zona Rural de Catolé do Rocha, nos aproximamos de várias realidades como a falta de água, a morte dos rebanhos de gado morrendo, exôdo rural e a necessidade de investimento nessas áreas, foram debates e conversas muito proveitosos. As pessoas reconheciam Bidia por sua luta na Lagoa Rasa e tinham uma relação de confiança por sua luta, isso aconteceu muito na Zona Rural, porém os pedidos por dinheiro, por exames, por consultas não cessaram nenhum momento, o que demonstra a presença de uma sociedade viciada com a prática política da troca de favores e a necessidade de políticas públicas.





Foto 5: Roda de Conversa com as moradoras da Comunidade Jenipapeiro para apresentação de propostas e debate sobre as demandas locais. Foto: Vivianne Sousa.

As visitas na Zona Rural, foram essenciais para perceber a identificação das mulheres do campo com a luta e o protagonismo de Bidia nas causas ligadas às comunidades Quilombolas o que não foi possível perceber na Zona Urbana. Deslocávamo-nos em um chevete de um marido de uma prima que cobrava um valor pequeno pelas viagens, por parte da sua família só contávamos com uma única prima que esteve em algumas atividades e o seu filho de 11 anos esteve em outras, as outras vezes Bidia estava sozinha em suas ações, porém não desistia e transbordava força e coragem em todos os momentos dessa caminhada, vivenciando falas machistas, racistas e muito preconceito pela cor da sua pele, por ser mulher e por não ter dinheiro para compra de votos e minimamente para se deslocar de um lugar para o outro.



Foto 6: Bidia durante um dos discursos em sua Campanha Eleitoral. Foto: Thiago Bruno-  
Fonte: Acervo da Campanha.

Nos palanques da campanha majoritária e proporcional, o discurso seguia mesma linha de afirmação enquanto mulher negra, pobre, lutadora pelos pobres e que estava lá para defender as classes populares e para buscar projetos e alternativas de geração e trabalho e renda, ressaltando inúmeras vezes a ausência de uma mulher negra na câmara de vereadores que pudesse representar as mulheres de Catolé do Rocha, pois até então a única vereadora mulher, é a filha do prefeito, branca e de classe alta, que não representa a totalidade das mulheres de Catolé.

### *Considerações Finais*

Considerando os referenciais bibliográficos e as pesquisas de campo realizadas e dimensionadas para os estudos referentes ao feminismo negro, notadamente pautada em autoras como Davis (1944), Hooks (1995) e Gonzales (1982), as quais apresentam um cenário de subalternização das mulheres em detrimento do machismo, racismo, misoginia e preconceito de classe, podemos afirmar que as mulheres quilombolas das comunidades situadas em Catolé de Rocha se apresentam como protagonistas no processo de luta pela demarcação territorial no sertão paraibano.

Tal afirmativa é materializada no espaço quilombola por meio da resistência dessas mulheres, que passam a ocupar papéis de liderança política em suas comunidades, ao tempo em que buscam quebrar com construções históricas que as colocam em uma posição de inferiorização e silenciamento.

Fato representativo das dinâmicas territoriais naquele espaço, esses papéis ganham ensejo sob uma dada influência dos processos migratórios referidos no texto, os quais, em sua recorrência, contribuem para potencializar o protagonismo das mulheres. Igualmente, a par das discussões aqui estabelecidas, colocam como objeto de destaque a expectativa de reprodução social no território. Com efeito, não sendo este demarcado, combinado a condições de subserviência nas propriedades vizinhas, grande parte das famílias migram para as pontas de rua do perímetro urbano de Catolé do Rocha ou mesmo para regiões mais distantes.

Por fim, vale ressaltar que, no curso daquelas funções de liderança, as mulheres terminam acumulando funções tanto na esfera privada quanto na pública. Uma ressalva que está amparada no protagonismo então exercido por Bidia e Luciana, duas lideranças quilombolas da comunidade de Lagoa Rasa, tomada como exemplo de mulheres que se colocam no cenário político de afirmação das diferenças.

### *Referências*

BENTO, M. Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombos: um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. **Contexto Quilombola**. Ano 3, nº 11, 2008. Disponível em: <[http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=208&cod\\_boletim=12&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo)> acessado em 15 de julho de 2015.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**; Tradução: Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. 2. ed., tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. Et alli. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983.

HOOKS, B. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995

MARQUES, A. C. N. A marcha dos Potiguara de Três Rios: Significados e Práticas sociais de um grupo étnico. **Anais do ENG**, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN/PPGG. João Pessoa, 2009.

MONTEIRO, K. dos S. As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território (Dissertação de Mestrado em Geografia) -UFPB/CCEN: João Pessoa, 2013. 233f. : il..



NEPOMUCENO, B. Mulheres Negras – Protagonismo Ignorado. IN: PINSKY, C.B; PEDRO, J.M. (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, M. O corpo exótico da diferença. Revista Eletrônica **Labrys**, Estudos Feministas, Jan/Jun de 2008

RATTS, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos – Territórios etnicamente diferenciados In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J.P (Orgs). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003. S

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

TUBALDINI, M. A. dos S. O Trabalho pluriativo da mulher quilombola na recuperação ambiental e manutenção da família no Vale do Rio Doce/ MG. 4º Encontro da rede de estudos rurais, Curitiba/ PR 2010. 1